



**Poder Judiciário do Estado do Paraná
Comarca de Terra Roxa**

**Processo Seletivo de Juizes Leigos e Conciliadores do Juizado Especial Cível,
Criminal e da Fazenda Pública da Comarca de Terra Roxa/PR**

Prova Escrita – Cargo Juiz Leigo (GABARITO)

Nome do Candidato: _____
Assinatura do Candidato: _____
Data: _____ Nota: _____ Visto do Supervisor: _____

Orientações Gerais:

- 1 – O tempo de prova será de 5 (cinco horas);
- 2 – As respostas deverão ser lançadas em caneta azul ou preta;
- 3 – Não é permitida a consulta a qualquer material;
- 4 – A nota máxima atribuível é de 10 (dez) pontos;
- 5 - Será considerado aprovado o candidato que alcançar, no mínimo, nota 5 (cinco) na presente prova;
- 6 – A data prevista para a divulgação do resultado desta prova é 06.05.2011.

Questão nº. 01 (valor 0,4)

- Considerando as disposições da Lei nº. 12.153/2009, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- a) O juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação.
 - b) **Podem ser parte nos Juizados Especiais da Fazenda Pública, como réus, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista a eles vinculadas.**
 - c) Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos.
 - d) Os representantes judiciais dos réus presentes à audiência poderão conciliar, transigir ou desistir nos processos da competência dos Juizados Especiais, nos termos e nas hipóteses previstas na lei do respectivo ente da Federação.

Questão nº. 02 (valor 0,4)

Quanto ao Juizado Especial Criminal, marque a alternativa **CORRETA**:



Poder Judiciário do Estado do Paraná Comarca de Terra Roxa

- a) O momento adequado para oferecimento da proposta de suspensão condicional do processo é antes o recebimento da denúncia.
- b) **Não são cabíveis a transação penal e a suspensão condicional do processo nas ações penais em que é imputada ao autor do fato crime ou contravenção caracterizado como ato de violência doméstica, nos termos da Lei nº. 11.340/2006.**
- c) O início do prazo para o exercício da representação do ofendido começa a contar do dia do fato.
- d) Não é cabível a substituição de uma modalidade de pena restritiva de direitos por outra, aplicada em sede de transação penal, pelo juízo do conhecimento, a requerimento do interessado, ouvido o Ministério Público.

Questão nº. 03 (valor 0,4)

Em relação ao Juizado Especial Cível, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Os juízes leigos ficarão impedidos de exercer a advocacia perante os Juizados Especiais enquanto no desempenho de suas funções.
- b) É possível a propositura de ação sem assistência de advogado quando a causa não ultrapassar o valor de 20 (vinte) salários mínimos.
- c) As ações cíveis sujeitas aos procedimentos especiais não são admissíveis nos Juizados Especiais.
- d) **A sentença a ser proferida deve conter relatório, fundamentação e parte dispositiva, podendo ser ilíquida, se condenatória.**

Questão nº. 04 (valor 0,4)

Marque a alternativa **INCORRETA**, também quanto ao Juizado Especial Cível:

- a) O preposto que comparece à audiência sem carta de preposição obriga-se a apresentá-la, no prazo que for concedido, para a validade de eventual acordo, sob pena de extinção do processo ou revelia.
- b) **Não são devidas despesas para efeito do cumprimento de diligências no âmbito dos Juizados Especiais, exceto no caso de cartas precatórias.**
- c) É cabível a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica no Juizado Especial Cível, inclusive na fase de execução.
- d) O espólio pode ser autor no Juizado Especial Cível, se não houver interesse de incapazes.

Questão nº. 05 (valor 0,4)

Ainda em relação ao Juizado Especial Cível, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Podem ser propostas nos Juizados Especiais Cíveis causas de natureza alimentar e fiscal.
- b) As causas em que se exige ressarcimento de danos causados por acidente de trânsito, em regra, não podem ser propostas nos Juizados Especiais Cíveis, por serem complexas.



Poder Judiciário do Estado do Paraná Comarca de Terra Roxa

- c) O oferecimento de resposta, oral ou escrita, dispensa o comparecimento pessoal da parte à audiência, não ensejando os efeitos da revelia.
- d) **Os prazos processuais nos procedimentos sujeitos ao rito especial dos Juizados Especiais não se suspendem e nem se interrompem.**

Questão nº. 06 (valor 0,4)

Considere as seguintes alternativas, referentes ao Juizado Especial Cível:

Alternativa 1: A incompetência territorial não pode ser reconhecida de ofício no sistema dos Juizados Especiais Cíveis.

Alternativa 2: A desistência do autor só acarretará a extinção do feito sem julgamento de mérito se houver concordância do réu, caso este já tenha sido citado.

Alternativa 3: A não localização da parte executada, tratando-se de execução de título judicial ou extrajudicial, acarretará a extinção do feito.

Alternativa 4: A inexistência de bens penhoráveis da parte executada não é causa de extinção da execução de título extrajudicial, que poderá ser suspensa por até 60 (sessenta) dias, a requerimento da parte exequente.

Alternativa 5: Tratando-se de causa com valor igual ou inferior a 40 (quarenta) salários mínimos que não se enquadre nos impedimentos previstos na Lei nº. 9.099/95, esta pode ou não ser proposta no Juizado Especial Cível, a critério da parte, que pode optar pelo juízo comum.

Alternativa 6: As disposições relativas ao cumprimento de sentença, previstas no artigo 475-J do Código de Processo Civil, aplicam-se aos Juizados Especiais, ainda que o valor da multa somado ao da execução ultrapasse o valor de 40 (quarenta) salários mínimos.

São **INCORRETAS**:

- a) **As Alternativas 1, 2 e 4.**
- b) As Alternativas 2, 4 e 5.
- c) As Alternativas 3, 5 e 6.
- d) As Alternativas 1, 3 e 6.

Questão nº. 07 (valor 0,4)

Considerando as disposições do Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O fornecedor de produtos ou serviços potencialmente nocivos ou perigosos à saúde ou à segurança deverá informar de maneira ostensiva e adequada a respeito de sua nocividade ou periculosidade.
- b) O produto ou serviço é considerado defeituoso quando não oferece a segurança que dele se espera.
- c) O comerciante pode ser responsabilizado pelos danos causados por produtos perecíveis quando não os conservar adequadamente.



**Poder Judiciário do Estado do Paraná
Comarca de Terra Roxa**

- d) **A ação para reparação dos danos causados por produtos defeituosos prescreve em três anos, a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.**

Questão nº. 08 (valor 0,4)

Cuidando-se de Direito do Consumidor, marque a alternativa **CORRETA**:

- a) As disposições do Código de Defesa do Consumidor não se aplicam às empresas concessionárias e permissionárias de serviço público, as quais estão sujeitas às regras e princípios do Direito Administrativo.
- b) O fornecedor pode se isentar da responsabilidade quando comprovar que não tinha conhecimento acerca dos vícios de qualidade do produto ou serviço.
- c) **As informações relativas a produtos e serviços suficientemente precisas, veiculadas por qualquer meio de comunicação, obrigam o fornecedor que as veicular ou delas se utilizar, integrando o contrato que vier a ser celebrado.**
- d) A responsabilidade dos profissionais liberais prestadores de serviço é objetiva.

Questão nº. 09 (valor 0,4)

Marque a alternativa **CORRETA** em relação aos direitos do consumidor:

- a) O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito a receber em dobro o que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, ainda que se trate de caso de engano justificável.
- b) Não é obrigatória a prévia comunicação ao consumidor acerca da inclusão de seu nome em cadastros e bancos de dados.
- c) **As cláusulas contratuais deverão ser interpretadas da maneira mais favorável ao consumidor.**
- d) Tratando-se de contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrida fora do estabelecimento comercial, o consumidor tem direito de desistir do contrato no prazo de três dias a contar de sua assinatura ou do recebimento do produto ou serviço.

Questão nº. 10 (valor 0,4)

Ainda quanto ao Direito do Consumidor, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) As multas moratórias decorrentes de inadimplemento de obrigações no prazo fixado no contrato de consumo não podem ser superiores a um por cento do valor da prestação.
- b) A nulidade de uma cláusula contratual, por ser abusiva, em regra, invalida todo o contrato firmado.
- c) **As cláusulas de contratos de adesão que significarem limitação de direitos do consumidor deverão ser redigidas em destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão.**



Poder Judiciário do Estado do Paraná Comarca de Terra Roxa

- d) O fornecedor de serviços responde pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeito na prestação de seus serviços, desde que demonstrada sua culpa.

Questão nº. 11 (valor 0,4)

Considere as seguintes alternativas em relação ao Direito Civil:

Alternativa 1: A maioridade civil é alcançada aos dezesseis anos de idade.

Alternativa 2: Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, são considerados absolutamente incapazes.

Alternativa 3: O nome da pessoa pode ser empregado por outrem em publicações ou representações, desde que não haja intenção difamatória.

Alternativa 4: As autarquias são pessoas jurídicas de direito privado.

Alternativa 5: Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público.

Alternativa 6: A existência legal da pessoa jurídica de direito privado começa com a assinatura do ato constitutivo, sendo o registro no órgão competente exigível apenas para conhecimento de terceiros.

São **INCORRETAS**:

- a) As Alternativas 1, 2 e 4.
- b) As Alternativas 1, 3 e 5.
- c) As Alternativas 2, 5 e 6.
- d) **Todas as alternativas.**

Questão nº. 12 (valor 0,4) (ANULADA – MAIS DE UMA RESPOSTA CORRETA)

Quanto aos atos ilícitos e aos contratos em geral, marque a alternativa **CORRETA**:

- a) **Não constituem atos ilícitos os praticados em legítima defesa ou exercício regular de direito.**
- b) O negócio jurídico simulado é anulável, subsistindo o que se dissimulou, ser for válido em substância e forma.
- c) O negócio jurídico anulável não pode ser confirmado pelas partes, ainda que ressalvados direitos de terceiros.
- d) **Comete ato ilícito o titular de direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa fé ou pelos bons costumes.**

Questão nº. 13 (valor 0,4)

Ainda no que toca aos contratos em geral, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) Tratando-se de contrato bilateral, nenhuma dos contratantes poderá, antes de cumprir a sua obrigação, exigir o implemento da obrigação da outra.



Poder Judiciário do Estado do Paraná
Comarca de Terra Roxa

- b) O adquirente de coisa recebida em virtude de contrato comutativo que contenha vícios que a tornem imprópria para o uso a que se destina pode reclamar abatimento do preço, mas não pode exigir o desfazimento do contrato.
- c) A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato.
- d) A validade do negócio jurídico exige agente capaz, objeto lícito, possível e determinado ou determinável e forma prescrita ou não proibida por lei.

Questão nº. 14 (valor 0,4)

Marque a alternativa **CORRETA**, quanto ao Direito Processual Civil:

- a) O procurador da parte pode desistir da ação ou renunciar ao direito, mesmo que não lhe tenham sido outorgados poderes especiais para tanto.
- b) A sentença que homologa acordo extrajudicial firmado entre as partes extingue o processo sem resolução de mérito, já que não definiu a lide, mas apenas chancelou a convenção estabelecida entre os litigantes, permitindo sua futura execução em caso de inadimplemento.
- c) **Os fatos alegados pela parte autora e não impugnados especificamente pela parte ré, em regra, são reputados verdadeiros.**
- d) O juiz não pode determinar, de ofício, a produção de provas que entender necessárias para o julgamento da causa, uma vez que a iniciativa probatória compete às partes.

Questão nº. 15 (valor 0,4)

Também no que toca ao Direito Processual Civil, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O interesse da parte autora pode limitar-se à declaração de existência ou inexistência de relação jurídica.
- b) **Ainda que acolhida uma das preliminares alegadas na petição inicial, o juiz está obrigado a analisar o mérito da ação ao proferir a sentença.**
- c) As ações nas quais se discutem direitos do consumidor devem ser propostas no foro de seu domicílio.
- d) A nota promissória e o cheque são títulos executivos extrajudiciais.

Questão nº. 16 (valor 0,4)

Marque a alternativa **CORRETA**, ainda em relação ao Direito Processual Civil:

- a) **São condições da ação o interesse de agir, a legitimidade das partes e a possibilidade jurídica do pedido.**
- b) No procedimento sumaríssimo, podem ser produzidas na audiência de instrução e julgamento todas as provas permitida em direito, desde que não sejam impertinentes ou protelatórias e tenham sido previamente requeridas.
- c) Além da inquirição, pelo juiz, de técnicos de sua confiança, prova conhecida como perícia informal, pode ser determinada a produção de prova pericial nos moldes do



Poder Judiciário do Estado do Paraná Comarca de Terra Roxa

Código de Processo Civil no Juizado Especial Cível, desde que haja concordância das partes.

- d) Cada parte poderá ouvir até cinco testemunhas no procedimento sumaríssimo regido pela Lei nº. 9.099/95.

Questão nº. 17 (valor 0,9)

Cuidando-se de feito no qual é discutida relação de consumo, em quais hipóteses é cabível a inversão do ônus da prova? Explique cada uma delas.

É cabível a inversão do ônus da prova no processo civil, apenas em favor do consumidor, quando, a critério do juiz, segundo as regras ordinárias de experiência: a) forem verossímeis suas alegações; b) o consumidor for hipossuficiente.

A primeira hipótese (verossimilhança das alegações) ocorre quando for possível extrair das alegações do consumidor que há grandes chances destas serem verdadeiras, considerando o que normalmente ocorre em situações similares.

Já a segunda hipótese (hipossuficiência probatória) estará presente quando for evidente a dificuldade do consumidor em comprovar os fatos por ele alegados, seja por se tratar de fatos negativos, seja por não dispor da mesma capacidade técnica, jurídica, socioeconômica do fornecedor para tanto.

Fundamento: artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor e sua interpretação doutrinária e jurisprudencial.

Questão nº. 18 (valor 0,9)

A mera inscrição do nome do consumidor em órgãos de proteção ao crédito por dívida inexistente enseja a condenação do fornecedor ao pagamento de indenização por danos morais? Explique.

Sim, a mera inclusão do nome do consumidor em cadastros de maus pagadores por dívida inexistente gera abalo à sua honra e à sua reputação, ensejando a condenação do responsável pela inscrição ao pagamento de indenização por danos morais. Os danos nesses casos são presumidos, sendo desnecessária a comprovação.

Embasamento: Enunciados 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 2.1, 2.5 e 2.6 da Turma Recursal do Paraná e orientação jurisprudencial pacificada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça e dos Tribunais de Justiça. Confira-se:



Poder Judiciário do Estado do Paraná Comarca de Terra Roxa

“CIVIL. DANO MORAL. REGISTRO INDEVIDO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. A jurisprudência desta Corte está consolidada no sentido de que, na concepção moderna do ressarcimento por dano moral, prevalece a responsabilização do agente por força do simples fato da violação, de modo a tornar-se desnecessária a prova do prejuízo em concreto, ao contrário do que se dá quanto ao dano material.” (STJ. 4ª Turma. REsp. nº. 599.702/RJ. Rel. Min. Cesar Asfor Rocha. DJU 06.09.2004.)

“Desnecessária a prova do prejuízo moral causado em caso de inscrição negativa em entidade cadastral e protesto indevido de título, por óbvio os efeitos nocivos do ato perante o meio social e comercial em que vive a vítima.” (STJ. 4ª Turma. REsp. nº. 536.980/MT. Rel. Min. Aldir Passarinho Júnior. DJU 25.10.2004.)

Questão nº. 19 (valor 0,9)

É possível, em audiência de instrução e julgamento, a oitiva de pessoa que seja parente ou amiga íntima de alguma das partes? Explique.

Sim. Em tese, a oitiva, como testemunhas, de pessoas que sejam parentes, amigas íntimas ou inimigas capitais de qualquer das partes, por se tratarem de pessoas impedidas, no caso de parentes, ou suspeitas, no caso de amigos ou inimigos, não é permitida. O depoimento de tais pessoas não pode ser considerado isento, já que mantêm laço de parentesco, afinidade ou animosidade com a parte.

Todavia, o juiz poderá ouvir testemunhas impedidas ou suspeitas, na qualidade de informantes, sendo estritamente necessário, notadamente quando houverem presenciado os fatos ou puderem prestar informações relevantes para o julgamento da causa. Nesses casos, não será prestado o compromisso de dizer a verdade e serão atribuídas às declarações das referidas pessoas o valor que a prova merecer.

Fundamento legal: artigo 406, §2º, inciso I, §3º, inciso III, e §4º, do Código de Processo Civil.

Questão nº. 20 (valor 0,9)

Quais são os fatores a serem considerados para o arbitramento do valor a ser pago a título de indenização por danos morais?



Poder Judiciário do Estado do Paraná Comarca de Terra Roxa

Não existem parâmetros legais para a fixação do valor a ser pago a título de indenização por danos morais. A orientação sugerida pela doutrina e pela jurisprudência dominantes é no sentido de que este será arbitrado de modo prudente pelo juiz, levando em consideração o grau de culpa do ofensor, a concorrência do ofendido para a verificação do dano, o nível sócio-econômico-cultural do ofendido e o porte econômico do ofensor. Devem ainda ser levados em consideração as finalidades repressiva e pedagógica da reparação e a circunstância de que a indenização não pode ensejar grande desfalque patrimonial para o ofensor nem enriquecimento indevido do ofendido.

Fundamento: Doutrina e jurisprudência dominantes. Confira-se:

**"INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - FIXAÇÃO - CRITÉRIO. Para fixação dos danos morais deve-se levar em conta as condições econômicas das partes, as circunstâncias em que ocorreu o fato, o grau de culpa do ofensor, a intensidade do sofrimento, devendo-se ainda considerar o caráter repressivo e pedagógico da reparação, além de se propiciar a vítima uma satisfação."
(TJMG. 6ª Câmara Cível. Embargos Infringentes nº 1.0000.00.250433-0/001. Rel. Des. Edilson Fernandes. j. 05.05.2004).**